



**ORDEM DO DIA
PARA A 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 05 DE JUNHO DE 2013**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.074, de 2008, que cria empregos na Universidade de São Paulo - USP. Parecer nº 733, de 2013, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 161, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos da administração pública direta e indireta àqueles em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. Parecer nº 727, de 2013, da Comissão de Justiça, favorável com emenda. Parecer nº 728, de 2013, da Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto com emenda e à emenda da Comissão de Justiça. Parecer nº 729, de 2013, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas das Comissões de Justiça e de Administração Pública.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 514, de 2012, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a exigência de vistoria anual com laudo técnico acompanhado da respectiva via da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares. Pareceres nºs 701, 702 e 703, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 536, de 2012, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dispõe sobre a proibição de cobrança da Taxa de Visita Técnica ao consumidor para elaboração de orçamento para prestação de serviço. Com emenda. Pareceres nºs 699 e 700, de 2013, respectivamente, das

Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis ao projeto e à emenda.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 689, de 2012, de autoria do deputado Celino Cardoso. Torna obrigatório o uso de protetor para estetoscópios por profissionais da área de saúde do Estado. Parecer nº 698, de 2013, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favorável. (Em anexo o Projeto de lei nº 53, de 2013).

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 21, de 2013, de autoria do deputado Cauê Macris. Torna obrigatória a publicação no Diário Oficial do Estado, pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo - DETRAN, da relação dos condutores de veículos automotores punidos com a perda da carteira de habilitação por dirigir sob influência do álcool ou de qualquer outra substância psicoativa, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. Pareceres nºs 693 e 694, de 2013, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e do Congresso das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 79, de 2013, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Proíbe a "frisagem", criação de riscos na banda de um pneu já desgastado, no Estado. Parecer nº 692, de 2013, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Segurança Pública, favorável.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 85, de 2013, de autoria do deputado Milton Vieira. Cria o "Programa de Fonoaudiologia Educacional", na rede estadual de ensino. Parecer nº 695, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 696, de 2013, do Congresso das Comissões de Educação e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Justiça e Redação.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 215, de 2013, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe qualquer cidadão de jogar lixo nos logradouros públicos nos limites de todos os municípios do Estado. Parecer nº 697, de 2013, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Meio Ambiente e de Finanças, favorável.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 222, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Cria, no Quadro da Secretaria da Educação, os cargos que especifica. Com emenda. Pareceres nºs 734 e 735, de 2013, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação e do Congresso das Comissões de Administração Pública, de Educação e de Finanças, favoráveis

ao projeto e contrário à emenda.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 885, de 2009, de autoria do deputado Jonas Donizette e outros. Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS dos estabelecimentos que comercializem produtos que se venha a constatar sejam produto de roubo ou furto. Com 04 emendas. Parecer nº 1869, de 2011, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto, à emenda nº 01 com subemenda, e às emendas nºs 02, 03 e 04. Parecer nº 1870, de 2011, da Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto, à emenda nº 01, com a subemenda da Comissão de Justiça, e às emendas nºs 02, 03 e 04. Parecer nº 1871, de 2011, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda nº 01 com subemenda e contrário à subemenda da Comissão de Justiça, e favorável às emendas nºs 02, 03 e 04.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 727, de 2011, de autoria da deputada Leci Brandão. Altera a Lei nº 10.948, de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Com 01 emenda. Pareceres nºs 703 e 704, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis ao projeto e contrários à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 266, de 2012, de autoria do deputado Baleia Rossi. Autoriza o Poder Executivo a criar, na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, a Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho. Pareceres nºs 689, 690 e 691, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.